

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(Do Sr. Alceu Moreira)

*Requer a revisão do despacho aposto
ao Projeto de Decreto Legislativo –
PDL – 712/2012, para que o mesmo
também seja apreciado pela Comissão
de Agricultura, Pecuária e
Desenvolvimento Rural.*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do previsto no inciso I do art. 226, combinado com o § 1º do art. 100 e art. 17, inciso II, alíneas “a” e “c”, todos do RICD, venho a presença de Vossa Excelência para **REQUERER**, que o Projeto de Decreto Legislativo 712, de 2012, de minha autoria, o qual “*Susta a Portaria nº 2.222, de 21 de setembro de 2012, do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya a Terra Indígena Mato Preto, localizada nos municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul*”, seja apreciado também pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR, tendo em vista que a matéria enquadra-se na alínea “b”, inciso I, do Artigo 32 e no inciso XIII do Artigo 24 do Regimento Interno desta Casa.

Justificação

A Terra Indígena Mato Preto teve uma área original apontada de cerca de 200 hectares, sendo que no processo o número foi ampliado para mais de 4,2 mil hectares. Esse dado pode inviabilizar a produção nos municípios de Erebangó e Getúlio Vargas e também em toda a região, que depende basicamente da atividade rural para seu sustento.

Além disso, como já citado supra, a matéria em questão trata predominantemente de questão de política fundiária, justiça agrária e direito agrário, eis que atingirá um grande número de produtores rurais que possuem, legitimamente, seus títulos de propriedade outorgados pelo Estado Brasileiro.

A questão ainda impactará a produção primária de toda uma região, com reflexos irreparáveis na economia do Rio Grande do Sul, tendo em vista que o Estado, como é do conhecimento de Vossa Excelência, possui vocação predominantemente agropecuária.

Assim, diante deste fato altamente impactante para o setor primário, creio ser indispensável à redistribuição da matéria para Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2012.

Alceu Moreira

Deputado Federal – PMDB/RS